

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA GERAL – SEG

Processo n.: @PPA 17/00652866

Assunto: Ato deConcessão de Pensão e Auxílio Especial de Zulmira Carmo Souza Silva

Interessado: Secretaria de Estado da Saúde - SES **Responsável:** Roberto Teixeira Faustino da Silva

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV

Unidade Técnica: DAP Decisão n.: 375/2018

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

- 1. Denegar o registro, nos termos do art. 34, inciso II, c/c o art. 36, § 2°, alínea 'b', da Lei Complementar n° 202, de 15 de dezembro de 2000, do ato de pensão por morte concedida a ZULMIRA CARMO SOUZA SILVA, em decorrência do óbito do servidor inativo, IRINEU JOSE DA SILVA, no cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção e Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde, matricula n° 40333-4-01, CPF n° 048.024.469-34, consubstanciado no Ato n° 2609/IPREV, de 24/08/2017, em face da seguinte irregularidade;
- 1.1. enquadramento do servidor instituidor da pensão no cargo único de Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, considerado irregular por agrupar funções que indicam graus extremamente desiguais de responsabilidade e complexidade de atuação, já que essa situação agride o disposto no § 1°, incisos I, II e III, do artigo 39, da Constituição Federal, consoante a Súmula nº 01 do Tribunal de Contas do Estado.
- 2. Considerar prejudicada a aplicação do artigo 41, *caput*, do Regimento Interno desta Corte de Contas, garantindo-se a manutenção do pagamento do benefício a que faz jus o pensionista, haja vista que o servidor falecido era inativo e foram cumpridos os requisitos constitucionais para a concessão da pensão, embora a alteração na denominação do cargo resulte na denegação do registro.
 - 3. Dar ciência da decisão ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina IPREV.

Ata n.: 36/2018

Data da sessão n.: 11/06/2018 - Ordinária

Especificação do quórum: Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Cesar Filomeno Fontes,

Herneus De Nadal e José Nei Ascari

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Cibelly Farias Caleffi

Auditores presentes: Gerson dos Santos Sicca e Cleber Muniz Gavi

WILSON ROGÉRIO WAN-DALL Presidente (art. 91, parágrafo único, da LC n. 202/2000) LUIZ ROBERTO HERBST Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS CALEFFI Procuradora-Geral Adjunta do Ministério Público junto ao TCE/SC

Processo n.: @PPA 17/00652866 Decisão n.: 375/2018 1